



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 66, DE 2012**

**(Do Sr. Geraldo Resende)**

Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família realize com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalização nos recursos Federais para a saúde, transferidos para o Município de Dourados nos anos de 2010, 2011 e 2012.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base nos arts. 70 e 71, da Constituição Federal, e nos arts. 60, I e II e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho, ouvido o Plenário desta Comissão, realize-se, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalização nos recursos Federais para a Saúde, transferidos ao município de Dourados, em Mato Grosso do Sul nos anos de 2010, 2011 e 2012.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Município de Dourados, em Mato Grosso do Sul vem sendo notícia nacional em diversas ocasiões durante os três últimos anos.

Infelizmente, o que vem chamando a atenção da mídia nacional para a minha cidade, é o abandono e o caos em que se encontra a saúde pública do município.

Procedimentos simples como consultas e exames laboratoriais de menor complexidade, demoram meses para serem realizados, enquanto cirurgias e exames especializados levam cerca de quatro anos, expondo pacientes que dependem do atendimento público em saúde no município ao risco iminente de morte.

No último dia 02 de fevereiro, a imprensa de Dourados noticiou a superlotação da maternidade do Hospital Universitário (HU), onde mães e recém-nascidos aguardavam em macas e em corredores para se reestabelecerem do parto, sem a mínima dignidade.

Postos de saúde em reservas indígenas encontram-se em

situação tão degradante, que até lixo hospitalar foi encontrado em vistoria realizada pelo Ministério Público Federal e mostrada pela equipe da TV Globo, em matéria jornalística exibida pelo G1 em 11 de outubro do ano passado.

A mesma matéria, noticia que o Ministério Público Federal, cobrou explicações da Prefeitura Municipal, quanto a aplicação de cerca de R\$ 1,9 milhão de reais, transferidos pela União ao Município para aplicação em saúde indígena.

Recentemente, o Ministério Público Federal, procedeu a instauração de 18 inquéritos Cíveis Públicos, publicados nos últimos dias 27 e 28/02 e 1º/03 no Diário Oficial da União, oriundos de representações de cidadãos que pleiteiam desde simples consultas a cirurgias de maior complexidade, e que não tem atendimento nos hospitais e postos de saúde do município.

A população da minha querida cidade encontra-se abandonada a própria sorte e esta casa não pode ficar inerte, devendo utilizar-se de todos os meios disponíveis para que os já escassos recursos públicos destinados a saúde sejam realmente utilizados nos fins a que se destinam.

A sociedade Douradense espera que o Poder Legislativo cumpra o seu papel e fiscalize. Assim, espero contar com o apoio de nossos eminentes pares para a aprovação da proposta.

Sala das Comissões, em 21 de Março de 2012.

**Deputado GERALDO RESENDE  
PMDB/MS**

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------